

**Cubatão: campanha contra pátio de caminhões chega a Brasília****ILHA DO TATU.** Ministro recebeu um documento pedindo o impedimento da instalação do pátio de caminhões

# Cubatenses apelam a Alexandre Padilha contra pátio de caminhões

» Além de adiantar ao Diário do Litoral a possibilidade do Governo Federal voltar com as atividades do Aeroporto de Itanhaém como base operacional para as plataformas de petróleo da Baía de Santos, o chefe da Secretaria de Relações Institucionais, ministro Alexandre Padilha, recebeu um documento, assinado por entidades e representantes de bairros de Cubatão, pedindo o impedimento da instalação do pátio de caminhões na Ilha do Tatu.

O documento ratifica argumentos apresentados numa reunião aberta, realizada este ano na sede da Associação de Melhoramentos da Ilha Caraguatá, envolvendo dezenas de moradores, representantes de entidades de bairro de Cubatão e ainda especialistas ambientais, dando conta dos possíveis estragos ambientais e econômicos que o pátio pode gerar caso seja implantado.

"Pedimos a intervenção junto ao presidente da República, para que obste a instalação desse empreendimento

no local anunciado. A cidade já tem em seu território outros terminais logísticos como o Eco Pátio, próximo ao Polo Petroquímico de Cubatão, e não há razões econômicas para destruir uma área de proteção ambiental como a Ilha do Tatu e, mais uma vez, sobrecarregar a cidade com esse tipo de investimento. Cubatão não vai pagar o Pato", afirmam os representantes de bairros que assinam o documento.

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) já se posicionou contra a instalação do pátio de caminhões ao lado do Viaduto Mario Covas (ponte estaiada), anunciado pela Autoridade Portuária de Santos (APS). O prefeito de Cubatão, Ademário Oliveira (PSDB), já havia adiantado com exclusividade ao Diário que não vai dar alvará de funcionamento ao equipamento.

"Eu sou totalmente contra a instalação. Não vamos permitir nada goela abaixo. Vamos impedir essa verdadeira tragédia para Cubatão até por-



Pátio de caminhões serviria para resolver os gargalos logísticos do Porto de Santos

que é uma área protegida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Do ponto de vista de minhas prerrogativas, não terão alvará. Todos os impedimentos que tiverem ao meu alcance na legislação serão utilizados", disse o prefeito.

"O empreendimento não leva em conta os impactos

sociais e ambientais dessas obras. Entre eles, a devastação ambiental e redução de áreas verdes essenciais para o equilíbrio ecológico da nossa região, como demonstra a documentação detalhada apresentada em nossa última reunião, cujas cópias seguem em anexo", afirmam os representantes de entidades.

Comunidade e especialistas apontam que o pátio irá ampliar os armazenamentos dos bairros do entorno, especialmente na Ilha Caraguatá, que já enfrenta problemas, pois a substituição da vegetação nativa por estruturas de concreto e asfalto podem agravar os problemas de drenagem, colocando em risco a segurança e o bem-estar dos moradores.

Ainda segundo o documento, a obra também irá impactar a pesca artesanal e o turismo náutico, pois a alteração do ecossistema local pode prejudicar uma atividade econômica tradicional da região, que depende da preservação das áreas naturais e da qualidade das águas.

Outros impactos destacados foram o trânsito e a poluição, em decorrência da construção e operação do empreendimento, que vai aumentar significativamente o tráfego de caminhões e outros veículos pesados na área, resultando em congestionamentos frequentes e aumento da po-

luição sonora e do ar.

"Associado a isso, a atividade tende a provocar o favorecimento ao tráfico de drogas e à prostituição, pois a localização do empreendimento em uma área residencial pode atrair atividades ilícitas, aumentando a insegurança e os riscos sociais para a comunidade local, além da provável desvalorização dos imóveis do entorno, pois a presença de um grande complexo logístico e o aumento dos problemas ambientais e sociais podem afetar economicamente os proprietários e moradores locais", finalizam os manifestantes.

**APS.**

A APS quer ceder, de forma onerosa a área da União de 530 mil metros quadrados, sendo 100 mil destinados à construção do pátio de triagem de caminhões, condomínio logístico e atividades acessórias, com 800 vagas para estacionamento.

Leia a matéria completa no site do Diário. (Carlos Riordan)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP**Seção:** Cidades **Caderno:** A **Página:** 3